

Joana Mortágua

BE

1ª legislatura (experiência anterior como assessora parlamentar)

Círculo eleitoral: Setúbal

Educação e Ciência

<https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=6063>

A. Relação entre deputados e eleitores (Constituency service)

Como é o contacto entre deputados e cidadãos?

- Temos duas dimensões: o círculo eleitoral que nos elegeu e a dimensão temática
- No meu caso sou deputada da Educação, isso reflete-se em visitas às escolas, participação em debates organizados pelas escolas, no parlamento de jovens. E uma enorme massa de contacto eletrónico, sobretudo com professores, que nos mandam e-mails e a quem nós respondemos religiosamente. É um contacto muito mais direto do que se possa imaginar.

Quem inicia o contacto, é o deputado ou os cidadãos/grupos de cidadãos?

É 50/50. Recebemos muitos pedidos e temos nós as iniciativas, conforme os problemas que vão aparecendo.

Temos depois outra dimensão que é a dimensão partidária. A forma com o partido se organiza com os seus deputados. [Que se traduz na] participação em iniciativas organizadas pelo partido.

A nível do distrito, o contacto é muito mais variado, e por outro lado é mais difícil. São as visitas à segunda-feira. É tentar acompanhar os problemas que vão surgindo no distrito: um problema no centro de saúde, um protesto sobre o IC1 que está degradado, ou as urgências no Garcia de Horta. Com um apoio brutal da rede partidária no distrito. E de autarcas. São pessoas que estão no terreno e nos podem alertar para os problemas.

E daí podem nascer iniciativas. É raro uma visita a uma escola da qual não saia uma pergunta ao governo, ou um projeto de resolução. Normalmente as escolas têm problemas específicos dos quais sai uma atividade parlamentar. Nem que seja acumular perguntas para fazer ao ministro quando ele cá vier. Isso acontece um pouco em todas as áreas.

Em particular, quais são as funções principais destes contactos?

Conhecimento é um bem em si mesmo, não tem que ser traduzido numa iniciativa parlamentar. Conhecer a realidade permite ter uma base de trabalho para depois fazer iniciativas e conseguir pensar e projetar posições.

Cada deputado tenta acumular o máximo de conhecimento na área em que está. Se estivermos a falar de finanças isso obtém-se lendo pilhas e pilhas de livros. Se estivermos a falar da educação ou saúde ou a economia por exemplo o contacto com o terreno, falar com professores, alunos, funcionários, sindicatos, visitar é absolutamente essencial para a atividade diária e futura.

O contacto dos cidadãos varia consoante as áreas: é maior na educação, trabalho, saúde, todos os aspetos de serviço público com que os cidadãos contactam diariamente.

No caso do trabalho servimos muito de um primeiro contacto, as pessoas vêm à procura de soluções. As pessoas olham para nós como quem olha para um advogado ou um sindicato. Vêm à procura de soluções concretas, às vezes é frustrante porque não podemos ajudar. Mas muitas vezes acabamos por fazer o papel de esclarecimento sobre a lei. Mesmo com os sindicatos.

Quem responde aos pedidos? Os deputados e os assessores. Há equipas temáticas, um assessor pode cobrir várias áreas e não está dedicado a um só deputado.

O contacto tem aumentado nos últimos anos?

Com a internet, o contacto aumentou brutalmente. Imagino que sim, recebo centenas de e-mails por dia. Mas é bom que as pessoas se sintam próximas.

Que papel têm as novas tecnologias no contacto com os eleitores, nomeadamente fora do período de campanha eleitoral?

O GP usa todos os meios disponíveis. Individualmente cabe a cada deputado decidir. O meio oficial de contacto é o e-mail. Ou ligar para o GP. No meu caso particular, uso as redes sociais como forma de divulgação. As minhas redes sociais só têm uma via.

O contacto com os eleitores é frequente apenas nas campanhas ou acontece de forma regular ao longo da legislatura?

É muito mais frequente na campanha eleitoral, há um ritmo maior. Porque é campanha eleitoral, também nessas alturas não há atividade parlamentar, podemos andar a semana toda no terreno. É um ritmo bastante mais acelerado de contacto com os cidadãos. Conseguimos acompanhar muito menos entidades ou dinâmicas sociais ao longo da legislatura do que na campanha eleitoral.

B. Relações partidos-grupos de interesses

Considerando o seu grupo parlamentar e a sua experiência, quais são as associações ou grupos de interesses com que o grupo parlamentar mantém mais relações?

Sindicatos. Nós recebemos todos, mas em geral são sindicatos e associações profissionais, movimentos cívicos. Depende da área, no caso do ambiente são muitos movimentos cívicos. No trabalho são sindicatos. Na educação também.

A relação entre partido e sindicatos tem sofrido alterações depois da crise?

Tenho dificuldade em perceber isso, mas imagino que não.

Que tipo de modalidades e instrumentos são utilizados para manter estas relações? Com que frequência?

Os sindicatos têm um papel importante que é a capacidade de emitir pareceres. Que são muito úteis para os GP se posicionarem. Porque facilitam muito o posicionamento face aquilo que os representantes dos trabalhadores têm a dizer sobre a lei. Há uma continuidade histórica nesse conhecimento.

Depois há momentos: momentos em que os sindicatos acham que devem pedir reuniões aos GPs, momentos em que os GPs acham que devem pedir reuniões aos sindicatos.

Geralmente são os sindicatos que pedem aos grupos.

Quais são os meios de contacto mais utilizados entre partidos e grupos?

Antigamente era por carta formal, mas agora é cada vez mais por e-mail.

No caso do BE, tentamos manter um diálogo com os sindicatos que representam os trabalhadores sobretudo nos grandes dossiers. Por exemplo durante a negociação das 35 horas houve um diálogo permanente com os sindicatos da Administração Pública para acompanhar as negociações, porque havia ao mesmo tempo a decorrer projetos na AR, negociações com o governo e era preciso coordenar a ação política.

Em grandes dossiers, há uma tendência para os sindicatos emitirem um primeiro parecer, depois pedirem uma primeira reunião para virem apresentar o parecer. A reunião é no Parlamento se for a pedido do sindicato; no sindicato se for a pedido dos deputados.

São reuniões formais, mesmo que sejam por telefone não deixam de ser formais, porque são contactos entre um representante de um GP e um sindicato, quer haja maior ou menor proximidade pessoal entre as pessoas.

Há convites para outros encontros e iniciativas conjuntas?

Sim. O caso mais frequente é o caso da educação. Os sindicatos da educação fazem muitos debates, seminários, e convidam muitas vezes representantes partidários para estarem presentes.

E da parte do BE também há convites?

Sim. Tanto em iniciativas do GP, como do partido.

E com os outros grupos de interesse, a comunicação é feita da mesma forma?

Sim. Por exemplo no caso do ensino superior e da ciência, não são sindicatos, são associações de bolseiros, e o contacto é mais ou menos o mesmo. Vêm cá, expõem as situações, se houver matéria é acompanhada, se houver convergência de posições é muito mais fácil.

Outro dia recebemos a APEL – a associação livreiras das editoras – expusemos as nossas divergências e cada um foi à sua vida e não voltaremos a falar.

Os contactos traduzem-se em resultados diferentes.

C. Actividade parlamentar

Como é definida a distribuição dos deputados pelas comissões parlamentares? Quais são os critérios? Os deputados escolhem as comissões da sua preferência?

Sim. Não é critério único, porque se não, não tínhamos deputados em todas comissões. Mas o interesse é tido em conta. Há uma negociação dentro do GP, de acordo com a formação de base, a maior apetência por alguma área, os gostos de cada um, o interesse estratégico do partido sobre cada área.

Relativamente às perguntas ao Governo, até que ponto o conteúdo das perguntas é decidido pelo grupo parlamentar/partido ou pelo deputado a nível individual?

Geralmente é uma decisão do deputado. Pode ser uma coisa particularmente delicada e nesse caso a liderança parlamentar tem qualquer coisa a dizer. A partir do momento em que o deputado dá o ok, apesar de passarem todos pela liderança parlamentar, é considerado como autorizado.

O tema está relacionado com as propostas do programa eleitoral ou depende mais do momento político?

Não. As perguntas têm a ver única e exclusivamente com obter respostas do governo.

Os novos deputados têm maiores dificuldades em promover perguntas?

Eu fiz batota, já era assessora antes. Mas acho que me consigo pôr na pele dos novos deputados e tenho a certeza que é mais difícil.

Portanto, pode levar a que façam menos perguntas?

Não, porque há um património no grupo parlamentar que tem continuidade. É muito raro haver uma circunstância em que o tema é acompanhado por um deputado e um assessor que não sabem nada. No caso das perguntas até é das coisas mais fáceis de apanhar o ritmo, legislativamente não são complexas. As vezes é mais o tempo que outra coisa.

É mais difícil em quê?

A técnica legislativa é uma coisa complexa. É para isso que temos juristas. Mas é complexo. Olhar para um tema e perceber como pode sair dali um projeto de lei. E saber a distinção (projeto, resolução, proposta...) e o percurso que cada um faz é um caos.

Qual é a lógica das perguntas assinadas por vários deputados? Quem é o responsável nestes casos? O primeiro signatário tem um papel específico?

O BE não tem atividade parlamentar legislativa individual. Todos os projetos de lei e de resolução são assinados por todos os deputados, encabeçados por aqueles que são os seus autores. As perguntas têm a ver com os deputados da área, da comissão, seguidos pelos deputados do distrito.

A assinatura é virtual, quem a faz é o chefe de gabinete, é um processo automático. Normalmente há um processo de consulta prévia, antes de se dar entrada.

Por exemplo, eu faço perguntas sobre escolas todas as semanas. Os deputados do distrito da escola vão automaticamente assinar a pergunta.

E o facto de se estar a apoiar o governo ou estar na oposição influencia a quantidade de perguntas?

Teoricamente influencia. Não é o caso do BE. Fazer parte de uma maioria parlamentar ou estar na posição, o GP tem o mesmo dever de escrutínio em relação ao governo.

E o tamanho do GP?

Normalmente é proporcionalmente inverso, os partidos de menor dimensão tendem a apresentar muitas perguntas.

Porque todos os deputados têm um papel, são responsáveis efetivamente pela sua área, porque há uma necessidade de afirmação política. E a afirmação política é feita com os instrumentos que estão ao dispor. No caso do parlamento as perguntas são um instrumento, a afirmação política parlamentar para um grupo que tem menos tempo, menos possibilidade de agendamento, também passa muito por aí. Porque os partidos mais pequenos tendem a trabalhar em exclusividade.

De onde vêm os contributos para as perguntas?

De todo o lado: visitas, indagações intelectuais, suspeitas, e-mails, pareceres e denúncias de sindicatos, acontecimentos, acidentes ambientais.

Em que medida notou que a ocorrência da crise económica em 2010 alterou a forma e temas das perguntas ao governo? Há um maior enfoque em assuntos diferentes dos assuntos pré-

crise? Da parte de alguns partidos em especial? E o seu partido: manteve o enfoque no mesmo tipo de assunto?

Provavelmente levou a uma alteração brutal nas perguntas. Mas não creio que nas perguntas escritas ao governo. Dependendo do contexto político o parlamento ganha ou perde relevância e imagino que os instrumentos parlamentares também sejam mais ou menos utilizados consoante isso. Mas não estava cá antes da crise, não tenho dados para avaliar. Também depende da importância que o próprio governo dá as perguntas. E da rapidez com que responde. E da qualidade das respostas.

Em todo o lado falham serviços públicos e é normal que isso gere perguntas. Nós fizemos 811 perguntas ao governo simultâneas sobre a falta de funcionários em 811 agrupamentos de escolas. Se não houvesse falta de funcionários por não haver crise não teria que fazer estas perguntas. À partida, quanto mais o Estado falha, mais os grupos parlamentares questionam o governo sobre porque é que o governo falhou. Isso é uma suposição. Não posso dizer que se não fosse isso os grupos parlamentares não arranjavam outra coisa. Provavelmente sim.

Quanto às perguntas colocadas durante os debates quinzenais com o Primeiro Ministro, há uma discussão interna no partido sobre o conteúdo das perguntas?

Cada pessoa que os faz tem o seu estilo. Há sempre uma mistura de reflexão coletiva nos órgãos do partido, reflexão coletiva na liderança parlamentar e reflexão individual. Depende do momento político, dos temas.

Qual é a expectativa dos deputados ao elaborar um projeto de lei? Acreditam que irá passar ou pretendem apenas colocar o tema na agenda?

Isso depende estamos a falar do Bloco pós-geringonça ou pré? Antes era fácil. Tudo o que nós apresentávamos era chumbado. Cada vez que aprovávamos alguma coisa era uma vitória do caraças. Antes era isso, fazíamos projetos para serem chumbados. Para marcar a posição do Bloco. Os partidos servem para mostrar que têm alternativa.

Agora, há uma expectativa de aprovação de algumas coisas, é muito mais complexo. Porque o momento político faz-nos avaliar: em primeiro lugar se devemos apresentar um projeto de lei ou uma recomendação ao governo. Porque as recomendações ao governo são mais úteis do que um projeto de lei. Posso recomendar ao governo que atinja um objetivo sem dizer quais são os instrumentos para atingir esse objetivo e o governo pode estar de acordo com esse objetivo. E posso apresentar um projeto de lei, mas ser tão específica que o governo chumba o projeto de lei porque não quer aquela técnica legislativa ou conteúdo legislativo apesar de estar de acordo com o objetivo.

Depois há a parte de perceber o que é que é de matéria de negociação parlamentar e o que é que é não é matéria de negociação. Há projetos de lei que o bloco apresenta haja ou não expectativa de aprovação

Dos instrumentos disponíveis (perguntas ao Governo, projectos de lei, debates quinzenais...) qual o mais eficaz e o mais utilizado para influenciar a agenda política/mediática?

É difícil dizer. São os vinculativos: projeto de resolução, projeto de lei. Teoricamente o projeto de lei. Embora haja projetos de resolução que têm um impacto político tão grande que acabam por marcar a agenda, porque o tema em si agrada a comunicação social, é polémico. Os projetos de racionalização dos contratos de associação eram projetos de resolução. Depende do momento político.

Qualquer instrumento pode ter atrás de si uma resolução de forças que influencia o governo.

E para a reputação individual dos deputados?

Intervenções no plenário.

Em que medida a atividade parlamentar de um deputado (nomeadamente o número de projetos de lei apresentadas e perguntas ao governo) influencia a elaboração das listas eleitorais pelos partidos?

É complicado dizer. Eu imagino que em algum momento esse critério é tido em conta. Mas, quando se está a construir listas, é óbvio que se está a construir listas de pessoas que sejam deputáveis, que se sintam confortáveis neste papel. Mas o bloco também não tem a perspetiva que os deputados têm que ser todos estrelas pop-stars bem-falantes. Ou a assembleia representa o mundo e a sociedade ou não. É da diversidade que se faz um grupo parlamentar. A avaliação do que é um bom deputado é ela própria complexa. Portanto, contando para a escolha, não é determinante.

E uma avaliação quantitativa é feita?

Não. O PS tentou fazer isso e deu uma raia.